

REVISITANDO O POPULISMO: O CASO ARGENTINO

Iuri Cavlak¹

RESUMO: Este artigo visa discutir o populismo sob o viés da afirmação e conquista de direitos da classe trabalhadora, em desacordo com determinados estudos que ressaltam a manipulação e as insuficiências das lutas sociais no período em que o populismo clássico esteve em cena. Para isso, desenvolvo uma reflexão centrada no caso argentino, objetivando entendê-lo na sua complexidade e nos seus desdobramentos posteriores. Interessa-me destacar o caráter orgânico popular dos movimentos que foram, e ainda são pensados em torno dessa chave conceitual. Quando possível, intento comparações com a realidade brasileira.

Palavras-chave: Populismo. Lutas Sociais. História.

ABSTRACT: This article aims a discussion about the populism under the perspective of the conquest and rights of the working class; in disagree with some studies that point out the manipulation and the insufficient of the socials struggles in the period that the classic populism was in scene. For that, I develop a reflection centered in the argentine case, aiming to understand their complexity and the posterior outspread. I am interested in highlight the popular's organic face of the movement that were, and still are, thinking around this conceptual key. When is possible, I aim comparisons with the Brazilian reality.

Key words: Populism. Social Struggles. History.

Poucos conceitos na historiografia foram utilizados de maneira tão polissêmica como populismo. Forjado no bojo das lutas políticas, e não no gabinete dos historiadores e sociólogos, ele apareceu primeiramente em fins do século XIX, justamente em países

¹ Professor do Colegiado de História e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em História Social pela Unesp de Assis com Pós-doutorado em História Latino-Americana na *New York University*. Pesquisador membro do OBFRON (Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas).

que iriam protagonizar grande parte do século XX: Estados Unidos e Rússia. No primeiro, denotando uma luta de pequenos fazendeiros do meio oeste contra os capitalistas das grandes urbes do leste. No segundo, imputando a características aos intelectuais que optavam por uma vida de pobreza junto ao campesinato, no sentido de educá-los e de efetivar uma militância para o socialismo.

Interessa-me neste artigo o populismo latino-americano. O conceito se cristalizou, no Brasil, nos anos 1950, saturado de um sentido negativo de manipulação realizada pelo grande líder carismático. No período da ditadura militar, já trabalhado de forma sistemática por americanistas, populismo seria um sistema político que haveria predominado de 1930 até 1964, fundamental para o avanço econômico mas consequência, e causa, da falta de capacidade da democracia brasileira em engendrar um sistema político tal como a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Populismo estaria muito ligado a elites que se articulariam a setores populares para avançarem em algumas reformas, sociais e econômicas, mantendo o caráter de classe do Estado nação. De qualquer forma, ainda que entrasse em crise no início dos 1960, explicitaria a falta de autonomia das classes subalternas e a sua triste sina de caminhar a reboque das classes proprietárias. (MACKINNON e PETRONE, 1998, p. 15).

Dos anos 1990 até os dias atuais, o conceito foi sendo revisto no sentido de destacar a autenticidade das lutas populares e os reais avanços por elas auferidos dentro da estrutura populista. Com o neoliberalismo e a crise dos partidos de esquerda e dos sindicatos, saltou aos olhos o fortalecimento de ambos no passado. Como escreveu Ângela de Castro Gomes, os populismos latino-americanos foram todos interrompidos por ditaduras militares, que implementaram menos e não mais direitos sociais vigentes. Com a continuidade do avanço do grande capital na vida contemporânea, urgiu um destaque positivo para a afirmação e conquista de direitos nesse passado histórico. (GOMES, 1998, p. 546).

Assim, pretendo desenvolver aqui essa vertente que entendo de suma importância para reequacionarmos um momento crucial de nossa vida política progressa. Para tanto, me centrarei no caso argentino, pois julgo ser o tipo ideal de luta popular, chamada de populismo, que foi muito além do que, *grosso modo*, a antiga conceituação entendeu, construindo uma formidável e inédita rede de proteção social, aumento salarial e ocupação de espaço no sistema, transcendendo seu próprio tempo. O populismo clássico argentino se deu no governo de Juan Domingo Peron (1946-1955), forjando o movimento

peronista que seria protagonista das maiores greves platinas nos anos 1960, da luta armada nos anos 1970, e, num giro não menos espetacular, da implantação do neoliberalismo nos anos 1990, para seguir como baluarte dos governos que negam e afirmam esse sistema nos dias atuais. Em outras palavras, um objeto complexo e contraditório.

Quando possível, visando melhor clarificação no argumento, realizarei paralelos com o Brasil, objetivando igualmente entender nosso passado em interface com a nação vizinha.

Elementos que engendraram o Peronismo:

O processo político argentino que antecedeu o peronismo foi marcado por significativas diferenças em relação ao brasileiro. Por aqui, a explicação mais consensual é a de que a República Velha (1889-1930), através de mecanismos como o “voto de cabresto” e a política do “café com leite”, barrou tanto uma facção importante das classes proprietárias, as oligarquias não pertencentes aos três estados mais importantes, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, da participação direta na administração pública central, quanto importantes setores das classes subalternas, como o movimento operário e os militares de baixa patente. Com a crise de 1929, o acanhado ajuste político vigente não deu conta de segurar os descontentes, daí a Revolução de 1930, capitaneada por uma força política importante do Rio Grande do Sul, e que logo se articulou com reformas trabalhistas que controlou e ao mesmo tempo franqueou a entrada dos trabalhadores brasileiros na política institucional.

Na Argentina, o processo foi distinto, sobretudo com a pressão que os imigrantes, trabalhadores e classes médias exerceram no início do século, levando a adoção do voto universal secreto masculino em 1912. Esse fenômeno deitou raízes na peculiaridade da sociedade naquele momento, com a forte presença dos imigrantes europeus, que chegavam ao país fugindo das péssimas condições na Europa e aproveitavam da expansão da fronteira agrícola platina.

Estatísticas dão conta que, naquela época, de cada três argentinos um havia nascido no estrangeiro. (DEVOTO, 2003, p. 167). Em razão disso o Estado investiu na “argentinizacão” da sociedade, mirando a construção de um sentimento de pertencimento a pátria que em tese diminuiria o risco de revoltas e pacificaria os conflitos. Para isso, o

fundo público foi utilizado em parte para a construção de escolas e universidades públicas, além do fortalecimento das forças armadas, atraindo os recém chegados, fortalecendo instituições e qualificando a mão de obra.

A reforma política se articulou a esse contexto, viabilizando a participação dos subalternos na política institucional, algo impensável no Brasil na mesma época. O resultado mais imediato foi a eleição, em 1916, de um político de fora das oligarquias dominantes, Hipólito Yrigoyen, pertencente a um partido de predominantemente de classe média, a UCR (União Cívica Radical). Embora cercado por uma mística popular, Yrigoyen governou com um ministério formado por antigos políticos conservadores, o que inviabilizou reformas sociais mais aprofundadas.

Com um governo eleito pelo voto popular mas comprometido com a tradicional economia da agro-exportação, a Argentina demonstrou um grau de conflito e de politização social que marcariam sua história moderna. Em 1918, uma manifestação na Universidade de Córdoba reclamando mais democracia acadêmica culminou com uma gigantesca greve estudantil, que recebeu apoio dos sindicatos e dos partidos de esquerda, sendo atendida pelo governo com misto de repressão e de atendimento as suas demandas. Passaria a história como a “reforma universitária argentina”. Um ano depois, em alguns bairros do cinturão industrial de Buenos Aires que estava sendo formado, uma greve eclodiu reivindicando melhores salários, sendo severamente reprimida e deixando um saldo de cerca de três mil mortos. Passaria a história como “semana trágica”. (BEIRED, 1996, p. 49).

De modo que, quando a crise de 1929 eclodiu, encontrou Yrigoyen no seu segundo mandato como presidente argentino. Se, em 1930, no Brasil, um grupo político progressista conquistou o poder, na Argentina foram os conservadores que derrubaram o velho governo e retornaram ao poder do Estado, imprimindo uma variável importante que contribuiria para a configuração futura do populismo. Uma disjuntiva que ajuda a explicar as diferenças entre varguismo e peronismo.

Por toda a década de 1930, a Argentina foi governada dentro de um sistema político viciado, que liquidou com o processo eleitoral de então e estabeleceu a “fraude patriótica”, com urnas violadas e sabotagem dos resultados eleitorais, tudo para manter os conservadores no poder (BEIRED, 1996, p. 51). Todavia, a nova realidade que se apresentava naqueles anos tornava impossível uma volta pura e simples no tempo, obrigando a oligarquia, comprometida com a exportação de produtos primários, a

considerar o setor industrial, principalmente por conta da dinâmica da crise internacional que facultava dificuldades prementes no antigo esquema de importação de produtos manufaturados e exportação de matérias primas. Sem ter o acesso aos mercados tradicionais, a Argentina buscou um acordo com a Inglaterra, para garantir o escoamento da carne resfriada, um produto cultivado pelo núcleo da elite econômica, ao mesmo tempo que ergueu algumas barreiras tarifárias para proteger a indústria doméstica e dedicou a mesma certo grau de investimento, reforçando assim o processo de substituição de importações ou industrialização sem revolução industrial:

Dentro dessa tônica aparentemente comum à América Latina, a “originalidade” do caso argentino consiste em que, precisamente a partir de 1930, são as forças conservadoras “oligárquicas” que controlam o Estado, após o intervalo aberto em 1916 pelo radicalismo, e a elas devem-se atribuir, portanto, as medidas e propostas estatais que favoreceram, de fato, o progresso da indústria. Essas forças conservadoras não variaram, por essa razão, seu conteúdo de classe: continuaram sendo representativas dos fazendeiros mais poderosos, tradicionais beneficiários da economia agro-exportadora. (MURMIS E PORTANTIERO, 1973, p. 16).

A industrialização argentina centrava-se nos bens de consumo não durável, sobretudo alimento e têxteis, configurando uma linha não integrada com os produtos de base, como ferro, aço, carvão e petróleo. A patronal responsável era a UIA (União Industrial Argentina), entidade que apoiou o governo fraudulento por toda década. De outro lado, a SRA (Sociedade Rural Argentina) era quem dava as cartas no setor agricultor e agropecuário.

Essa equação de um governo oligárquico que ao mesmo tempo fomentou exportações agropecuárias e defendeu internamente certo nível de atividade industrial entrou em crise com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1940, apenas uma década após o *crash* de 1929, o mercado internacional sofreu de outro importante golpe, que obrigou momentaneamente o governo argentino a novas medidas em relação a sua produção interna e ao seu mercado externo. Como o governo conservador não logrou uma resposta estruturada para esse novo desafio, e as forças sociais que haviam apoiado

Yrigoyen não encontram igualmente atuação afinada aos novos tempos, pavimentou-se o trajeto de um novo grupo ao poder, constituído de militares nacionalistas e de uma burocracia estatal que se legitimaria com o apoio e a efetiva participação na política e na economia das classes não proprietárias.

Igualmente importante considerar uma segunda disjuntiva, a questão operária, que se articulou a essa primeira descrita acima e não obstante desenvolveu uma dinâmica própria.

No Brasil, o período da República Velha ficou marcado por uma expressão, entre outras, de que a questão social era “um caso de polícia”. Constatava-se assim que a classe trabalhadora permanecia marginalizada, suas manifestações quase sempre reprimidas pelo Estado e seus partidos políticos proscritos. O crescimento dessa classe dar-se-ia concomitante ao crescimento de Vargas e o fortalecimento de seu governo, gerando uma identificação umbilical entre varguismo e trabalhismo. Obviamente que desde o começo do século os trabalhadores urbanos no Brasil foram se tornando cada vez mais numerosos, criando suas instituições de classes. Nesse sentido, a Revolução de 1930 teve um caráter de contrarrevolução, tentando apagar e mesmo reprimir setores mais autônomos desse movimento. (DE DECA, 1981). Seja como for, o governo Vargas, na década de 1930, ao mesmo tempo que perseguiu os trabalhadores que não aceitaram sua política, criou mecanismos de reconhecimento e encaminhou a conquista de direitos respondendo às pressões dos trabalhadores como um todo.

Para o nosso caso, importa constatar que muitos operários e sindicalistas foram reputados pelo governo como atores legítimos, participando do constituinte de 1933 e de uma diretriz estatal, a primeira desde a formação do Estado brasileiro, de afirmação de direitos e proteção salarial e social.

Na Argentina, o crescimento da classe operária nos anos 1930 se passou num ambiente de profunda exploração, com poucos direitos e nenhuma representação institucional dentro do esquema oligárquico. Com o aumento do ritmo da industrialização, incrementou-se a abertura de postos de trabalho, atraindo gentes que então viviam no interior. O problema foi que essa classe, já cristalizada desde o início do século, politizada pelas grandes greves dos anos 1910 e pela militância depois da instauração do voto secreto adulto masculino, contanto com sindicatos e partidos estruturados, não encontrou reconhecimento e apoio dos conservadores na década de

1930, período em que a economia platina incrementou significativamente o ramo urbano industrial.

Como esse setor industrial, a classe operária argentina participou do crescimento da riqueza nacional sem a contrapartida de uma participação política condizente. Tornou-se mais combativa e consciente do déficit de direitos, potencializado com a nova crise de 1940 e a incapacidade tanto dos conservadores quanto da antiga força da UCR de resolver suas demandas. O peronismo que adviria,

antes do que reforçar a divisão interna da classe operária, toma como ponto de partida o oposto: a unidade da mesma, como setor social submetido a um processo de acumulação capitalista sem distribuição de renda, durante o processo de industrialização sob controle conservador, que tem lugar durante a década de 30 (MURMIS E PORTANTIEIRO, 1973, p. 66).

Aqui também, diferentemente do varguismo, não foi uma classe operária com certos setores associados ao governo que se deparou com a nova crise, senão uma classe toda ela na oposição do espectro político.

O Populismo Argentino: Peronismo

A Argentina, como foi dito, contava com um número elevado de imigrantes europeus em sua sociedade, o que implicou numa tomada de decisões complexas quando se iniciou a Segunda Guerra Mundial. Enquanto toda a América Latina dirigia-se para um caminho de apoio aos Estados Unidos e conseqüentemente condenação da Alemanha e da Itália, os argentinos se debatiam nessas questões, muito por conta da grande presença de italianos e alemães e seus descendentes.

Outrossim, historicamente o país esteve ligado a Inglaterra, fonte de investimentos e mercado para seus produtos agropecuários, enquanto que os Estados Unidos apareciam como um concorrente em certas pautas de exportação, como produtos primários de clima temperado. Se o governo brasileiro foi capaz de superar as veleidades de se aliar ao Eixo e barganhar uma posição diplomática a favor dos norte-americanos, recebendo uma contrapartida de investimentos na siderurgia e na montagem da FEB (Força

Expedicionária Brasileira), sendo assim o único país do entorno regional a participar com efetivos militares na guerra, a classe dominante argentina não foi capaz nem de alcançar um denominador comum e tampouco uma barganha nacionalista (BANDEIRA, 2003, p. 203).

Com o avanço da guerra, já em 1943, depois do Brasil fechar uma aliança com os Estados Unidos, o governo argentino se viu na iminência de fazer o mesmo, causando uma comoção no seio do Estado, até porque o país vinha exportando muita mercadoria para vários países por sua posição até então de neutralidade. A pressão pela aliança norte-americana causou um efeito contrário, sendo que, em 4 de junho de 1943, um grupo de militares com simpatias nazifascistas tomou o poder, chamado de GOU (Grupo de Oficiais Unidos). Depois do golpe de 1930, essa era a segunda ruptura institucional na política, uma prática que tornar-se-ia recorrente na segunda metade do século XX.

Esse novo governo tinha nas suas hostes um então obscuro oficial, Coronel Juan Domingo Perón, que havia passado muitos anos na Itália e acompanhado com a admiração o trabalho de Benito Mussolini em amalgamar a sociedade italiana no poder de estado fascista. Perón foi nomeado para desempenhar um cargo menor, comandar a Secretaria de Trabalho e Previdência, a época pouco estruturada.

Em 1944, os Estados Unidos fecharam o cerco encima do governo argentino, realizando gestões para que país finalmente declarasse guerra ao nazi-fascismo, e assim deixasse a condição de única grande nação americana a não participar do bloco estadunidense. Mais uma vez, a pressão surtiu efeito contrário, e o então presidente General Ramírez, que estava a ponto de consumir o alinhamento com Washington, foi substituído pelo General Farrell, que manteve a neutralidade. Internamente, promoveu Perón a Ministro da Guerra.

Combinado a Secretaria de Trabalho e Previdência com o ministério da Guerra, Perón angariou força institucional para acelerar e efetivar sua política, que na verdade não era fruto de um cérebro iluminado e benevolente, senão respostas a crescente e irresistível pressão da classe trabalhadora argentina. Essa política caracterizou-se pelo reconhecimento da importância da classe trabalhadora, dialogando com os sindicatos, reconhecendo a legitimidade das greves, concedendo reajustes salariais e toda uma rede de proteção social, ou seja, aquilo que por décadas os trabalhadores argentinos haviam se mobilizados para tal sem serem atendidos pelo Estado.

Além de dirimir conflitos específicos, por via de contratos coletivos, supervisionado pela Secretaria, se estendeu o regime de aposentadorias, de férias remuneradas, de acidentes de trabalho, se ajustou as categorias ocupacionais e no geral se equilibrou as relações entre trabalhadores e patrões, inclusive nas atividades no chão da fábrica. Em muitos casos se tratou de simplesmente aplicar disposições legais ignoradas. (ROMERO, 1998, p. 143).

Desse modo, enquanto a junta militar no poder passou a ser atacada como fascista, e externamente combatida pelos Estados Unidos, o secretário do Trabalho e Ministro da Guerra foi alçado na figura de protetor do povo trabalhador, angariando uma popularidade significativa. Ressalto que, naquele contexto, tratava-se menos de manipular a classe do que realmente atendê-la, direcionar partes do fundo público para uma população que efetivamente produzia a riqueza nacional.

A política trabalhista foi além e atingiu o ramo da agricultura, numa ação inédita de inserir o arbítrio estatal num conjunto de relações que desde a colonização eram manejadas na esfera privada, entre grandes latifundiários e pequenos produtores, corriqueiramente em detrimento desse lado mais fraco. O Estado sancionou o “Estatuto do Peão”, obrigando os fazendeiros e criadores de gado a pagar toda a malha de direitos aos trabalhadores rurais.

Mas a reação das classes dominantes, em conjunto com os Estados Unidos, não tardou a realizar uma oposição violenta a tudo isso. Em março de 1945, a Argentina finalmente declarou guerra à Alemanha, e o governo argentino, nessa nova correlação de forças, não só direcionou-se para reverter ou ao menos frear o avanço da legislação trabalhista como de fato defenestrou o homem que estava à frente das mudanças. Juan Perón foi destituído dos cargos que ocupava e encarcerado em 9 de outubro. No dia 17 de outubro de 1945, data que entraria para história do populismo argentino, milhares de pessoas foram às ruas para exigirem a libertação do líder proscrito. Uma manifestação parte espontânea e parte organizada pelos sindicatos, encurralou o governo que acabou libertando o ex-secretário do Trabalho. Saiu do cárcere e no mesmo dia realizou um

discurso épico, inscrevendo indelevelmente uma novo elemento no jogo político. (BANDEIRA, 2003, p. 223).

Talvez se mostre interessante uma comparação com o que estava ocorrendo no Brasil naquele momento. Vargas, através da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943, havia cimentado uma aliança igualmente entre Estado e classe trabalhadora. Com o avançar de 1945 e o fim da guerra, os Estados Unidos e as elites brasileiras forçaram pela sua saída, gerando uma mobilização contrária, plasmada no movimento queremista. Por conta do movimento pró-Getúlio estar articulado a um sindicalismo atrelado, e na falta de uma radicalidade maior na sua legislação trabalhista, que jamais atingiu a imensa zona rural brasileira, não foi possível uma aliança mais tenaz e ampliada com o movimento popular, que se mostrou incapaz de mantê-lo no poder. Foi apeado em outubro de 1945, perdendo a batalha momentânea contra a oligarquia brasileira e a diplomacia norte-americana. Na Argentina, a vitória, pode-se afirmar, foi, ao contrário, das classes subalternas (BANDEIRA, 2003, p. 226).

A volta da legalidade institucional através de eleições majoritárias foi marcada na Argentina para fevereiro de 1946. Assim, entre a segunda metade de outubro e a data da eleição, o país rachou em duas tendências. A primeira se plasmou na União Democrática, conjunto de partidos tradicionais, de centro e até o Partido Comunista, conjugando não só os conservadores como setores da sociedade antifascistas, que enxergavam em Perón e na sua base uma horda de pobres manipulados em conluio com tiranos autoritários, prontos para estragarem a nação. De outro, alguns militares que apoiavam o colega de fardas mais famoso, e que enxergavam na sua vitória uma possibilidade de continuação no poder, algumas facções dissidentes dos partidos de centro-esquerda, e uma irresistível força dos trabalhadores organizados, que certamente percebiam a vitória da União Democrática como a derrota do trabalhismo.

As organizações patronais deram o apoio tácito para a União Democrática, enquanto as forças de Perón se organizaram em um nova força, o Partido Laborista, criado pelos sindicalistas que há muito tempo pleiteavam uma unificação ao redor de uma instituição política mais universal e permanente. Mesmo os trabalhadores argentinos de uma tradição avessa a participação em partidos entenderam o que estava em jogo naquelas eleições, também empenhando seu apoio para a construção dessa nova força social (BEIRED, 1984).

Pela terceira vez, a pressão de Washington causou efeito contrário, revelando muito do sentimento anti-norte-americano do argentino médio de então. Embora os chamados democratas contassem com o apoio da classe dominante, das organizações empresariais, dos comunistas, muito prestigiados naquele momento pelo papel desempenhado pela União Soviética na derrota de Hitler, e de intelectuais respeitados, que com razão denunciavam elementos fascistas na frente laborista, além da classe média hostil aos sindicatos, Perón e o Partido Laborista levaram a parada. No dia 24 de fevereiro, numa eleição sem fraudes, o que não ocorria desde 1928, com apenas 300 mil votos de vantagem, algo em torno de 10%, Juan Domingo Perón foi eleito presidente da república (2.734.386 votos contra 1.207.155).

Nas grandes cidades foi evidente o enfrentamento entre os grandes agrupamentos de trabalhadores e as classes médias e altas, mas no resto do país as divisões tiveram um significado mais tradicional, vinculado ao peso de certos caudilhos, ao apoio da Igreja ou a decisão de setores conservadores de respaldar Perón. Perón havia ganho mas o peronismo estava todavia por constituir-se (ROMERO, 1998, p. 150).

De modo que, tendo que ser construído, e atendendo genuínas démarches de uma classe trabalhadora estruturada e politizada, o movimento peronista no poder de Estado se viu obrigado, por um lado, enveredar para o implemento de reformas no sentido do mercado interno, pleno emprego e distribuição de renda, enfrentando assim em outro patamar os interesses do capital externo, por outro, foi se fechando numa configuração hierárquica e unívoca, anulando os canais de debate e absorvendo a pluralidade de correntes internas numa única instituição com a palavra final de seu líder.

O Partido Laborista foi extinto em 1947, absorvido pelo Partido Peronista (PJ-Partido Justicialista). Com dificuldades no diálogo com os Estados Unidos e as instituições de crédito internacional, Perón declarou que doravante seu país não seria alinhado nem aos norte-americanos e nem aos soviéticos, declarando a Terceira Posição, em pleno alvorecer da Guerra Fria.

Como o Estado argentino manteve sucessivos superávits na balança de pagamentos durante a guerra, fruto da venda de muitos produtos e da compra de poucos,

gozava de reservas monetárias em grande quantidade, ainda que uma parte, milhões de libras esterlinas devida pela Inglaterra, estivesse bloqueada em Londres e não pudesse ser utilizada no curto prazo. Nesse contexto de fartura, Perón teria afirmado que cortaria uma mão antes de pedir um centavo de empréstimo aos Estados Unidos.

Boicotado por esses, que proibiram a venda e a compra de produtos argentinos, além de vedarem os países europeus em reconstrução a utilizarem dos recursos do Plano Marshall para adquirem insumos platinos, a Argentina se voltou para seus vizinhos, sobretudo o Brasil, e aprofundou o processo de substituição de importações, utilizando do expediente de estatizar setores importantes da indústria e do comércio.

Em 1947, o Estado nacionalizou o sistema ferroviário, pertencente aos ingleses. Lançou o I Plano Quinquenal, uma óbvia referência a nomenclatura soviética, criando o IAPI (Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio), que comprava a produção agrícola dos particulares, a preço menor, e depois vendia nos mercados internacionais com ágio, diminuindo os lucros do setor rural e utilizando da diferença ganha em políticas industriais e distribuição de renda. Assim, o nível da atividade econômica interna chegou a picos históricos, bem como os salários dos trabalhadores e a taxa de emprego, das mais altas de todo século (BEIRED, 1996, p. 57).

O Estado argentino nacionalizou também a telefonia, o setor de gás, companhias geradoras de eletricidade e uma cadeia de indústrias que pertencera a empresários alemães, além da marinha mercante. Nessa toada, reformulou o estatuto do Banco Central, nacionalizando seus ativos e subordinando as políticas monetárias e cambiais ao IAPI, incrementando sobremaneira o poder estatal de intervenção na macroeconomia.

A outra metade dessa política econômica foi a continuidade no avanço dos direitos trabalhistas. Assim:

Entre 1946 e 1949 se estenderam e generalizaram as medidas sociais lançadas antes de 1945. Pela via das negociações coletivas, organizadas por lei, os salários começaram a subir notavelmente. A ele se agregou as férias remuneradas, licenças médicas e os sistemas sociais de medicina e de turismo, atividades em que os sindicatos tiveram importante papel. (ROMERO, 1998, p. 158).

Pessoas que jamais haviam visto um médico, frequentado uma escola, ou mesmo desfrutado de um balneário, restrito a oligárquica sociedade argentina, passaram a fruir desses espaços, preenchendo-os com o cheiro de povo, conhecidos no peronismo como “os descamisados”. Com a presença importante dos sindicatos, que receberam a delegação de gerir esse arcabouço de medidas populares. Com efeito:

O Estado de bem estar contribuiu decisivamente para a elevação do nível de vida: congelamento dos aluguéis, estabelecimento de salários mínimos e preços máximos, melhora da saúde pública ... planos de moradia, construção de escolas e colégios, organização do sistema de aposentadoria. (ROMERO, 1998. p. 158).

A Argentina parecia um outro país, muito diferente da nação oligárquica do século XIX, do reformismo limitado de Yrigoyen nos anos 1910, da conservadora república fraudulenta dos anos 1930. Com dinheiro em caixa para gastar com os trabalhadores, na palavra do ensaísta e especialista no período, Félix Luna, “a Argentina era uma festa” (LUNNA, 1986).

O número de sindicalizados no país saltou de 400 mil no início dos anos 1940 para 3 milhões no início dos anos 1950. (MURMIS E PORTANTIERO, 1973, p. 68). O que importa dizer que significativas parcelas da classe trabalhadora se viram pela primeira vez envoltas pelo sindicato, quase todo ele bastante identificado com o regime.

Os que ficavam de fora dessa realidade, as pessoas do interior profundo, de baixa qualificação, viúvas, órfãos, e mesmo aqueles que não logravam permanecer de forma estruturada na população economicamente ativa passaram a ser atendidos por outra forte rede de o que chamaríamos hoje de compensação de renda, a Fundação Eva Perón. Com bastante tirocínio político, a primeira dama, ex-atriz de rádio e teatro, passou a atender uma clientela tradicionalmente da igreja católica, capitaneando politicamente ainda mais apoio ao regime, com discursos inflamados e atendimento pessoal aos miseráveis, que se dirigiam para a Fundação atrás de um presente de natal, uma vaga na creche para o filho, uma bola de futebol, etc. As vultuosas somas que Eva Perón teve a sua disposição aportaram principalmente de grandes empresas e fortunas, que temiam cair em desgraça com o governo caso se recusassem a contribuir.

Evita, como era conhecida, articulou a formação da ala feminina do Partido Peronista, concomitante a aprovação do voto secreto também para as mulheres adultas.

A lógica que acompanhou todas essas reformas foi a tentativa de “peronização” da sociedade argentina. A figura do líder era onisciente e onipresente, ao passo que a primeira dama figurava nas cartilhas de alfabetização de crianças. Desenvolvendo uma vertente autoritária do movimento, os peronistas insistiram que, ou se era argentino peronista, ou se era um “vendido”, identificando o movimento político com a pátria como um todo. A oposição, os intelectuais, a cultura, tudo era engolfado por essa visão de que só era possível uma verdade, estar de um só lado. (ROMERO, 1998, p. 167).

Assim, as vozes dissonantes foram progressivamente silenciadas. Aos jornais de oposição, era negado papel, controlado pelo Estado, até o empastelamento e proibição de circular. A imprensa toda voltada para os governistas, onde jornalistas, atores e diretores ou eram a favor ou eram demitidos. No legislativo e no judiciário, o peronismo também a tudo hegemonizou, deputados e senadores dóceis ao líder e juízes que davam ganho de causa ao Executivo. A contradição de um país que materialmente garantia uma vida digna para seus trabalhadores, ao preço de silenciar o debate livre de ideias e a fruição da pluralidade cultural própria da modernidade. A Argentina peronista avançava e ao mesmo tempo regredia.

Em 1950, depois de gastar as reservas acumuladas, Perón passou a ter que encarar uma realidade menos rósea, e os aspectos regressivos a pesarem mais na sustentação de seu governo. A dinamização econômica dos últimos anos levou o país a depender ainda mais, e não menos, do comércio exterior, na medida em que mais aço, carvão, ferro, petróleo, máquinas agrícolas eram necessárias para o prosseguimento do processo de industrialização. Como afirmei, o país continuava numa industrialização leve, o que espicaçava a diplomacia argentina a incrementar gestões por uma aliança econômica com o Brasil, então desenvolvendo uma industrialização pesada.²

O aumento do poder de compra da população igualmente desencadeou o incremento no consumo de carnes e grãos, insumos que eram direcionados para o

² Em sua dissertação de mestrado e em sua tese de doutorado, Iuri Cavlak trabalhou com a hipótese de montagem de um bloco político e econômico entre ambos, atingindo seus pontos iniciais com o Pacto ABC (Argentina, Brasil mais o Chile), em 1954, e posteriormente com a fundação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comercio), em 1960, e os Encontros de Uruguiana entre os presidentes Arturo Frondizi e Jânio Quadros em 1961. O bloco teria sido desfeito após o golpe militar de 1962 na Argentina e o de 1964 no Brasil. (CAVLAK, 1998 e 2014).

comércio exterior, na medida em que o país necessitava de divisas para bancar a indústria. Enfim, o sentido da economia para o gasto social teve que ser revertido para a economia das contas públicas, implicando em rebaixamento de salários e diminuição do consumo, atingindo em cheio a base de apoio do regime até então.

Em 1951, essa conjuntura amarga começou a expressar descontentamentos mais agudos. Greves em setores chaves, como nas estradas de ferro, e ruídos de insatisfação dentro do exército levaram Perón a alguns recuos, como a retirada da candidatura a vice-presidente ensaiada por Evita. Mesmo assim, contando pela primeira vez com votos femininos e com uma oposição quase sem voz, Perón foi reeleito presidente da república no final de 1951, com 64% dos votos e a maioria dos senadores e deputados. Apoiado pelas urnas, se viu então mais à vontade para um ajuste considerável na economia.

A partir de 1952, o governo elaborou o II Plano Quinquenal, de escopo mais austero visando equilibrar as contas públicas e combater a inflação. Eliminou-se uma série de subsídios ao consumo, liberou-se a subida dos aluguéis e alguns produtos passaram a ser racionados, como a carne, talvez o paladar mais difundido no país. Paralelamente o governo foi dando mais espaço a oposição, convidando ao diálogo líderes históricos e fornecendo algum tempo de exposição na mídia.

Nesse mesmo ano de 1952, uma péssima colheita gerou racionamento de pão, que se somou à falta de eletricidade frequente em Buenos Aires, inchada com muitos migrantes do interior mas com uma infraestrutura não condizente. Finalmente, e não menos importante, de um câncer de útero fulminante morreu Maria Eva Duarte de Perón.

O governo elaborou politicamente a morte de Evita, embalsamando seu corpo e transformando-o em símbolo do regime, fontes de visita de multidões com o ataúde exposto na Fundação. Aparentemente, o governo estava saindo-se bem nessa nova fase de austeridade, dado o enorme apoio conquistado nos anos anteriores.

Porém, a oposição, tanto tempo sem voz, enxergou fraqueza do inimigo e possibilidade de assestar um golpe mortal em seu líder, de modo que a sociedade acabou sendo cada vez mais tensionada. Em 1953, numa tentativa de assassinar o presidente, opositores explodiram bombas na Praça de Maio durante um comício, matando alguns civis. Em resposta, uma multidão de peronistas incendiaram o maior símbolo das classes dominantes argentinas, o Jockey Club, além de depredarem a sede da UCR e do Partido Socialista. Não haveria trégua de ambos os lados.

Em 1954, a Igreja entrou no rol dos descontentes, muito por conta do culto a figura de Evita, que estava ganhando ares de uma espécie de santa laica. A fundação do Partido Democrata Cristão abriu uma espiral de crise entre o governo e os católicos, uma alcunha no seio do movimento que até então defendia o catolicismo e inclusive havia instaurado o ensino religioso nas escolas públicas. Nas trocas de farpas entre o movimento peronista e a Igreja, a oposição se imiscuiu tentando utilizar da querela religiosa para enfraquecer o adversário. Enquanto os católicos vazavam críticas ao regime, esse direcionava uma série de medidas laicas, como a separação entre Igreja e Estado, a legalização de prostíbulos e do divórcio. Diferentemente da oposição puramente política, a Igreja Católica argentina possuía jornais, panfletos e uma secular inserção na maioria dos lares do país, tanto ricos quanto pobres (ROMERO, 1998, p. 189).

Em 8 de junho de 1955, na procissão de Corpus Christie, um infiltrado da polícia tocou fogo na bandeira argentina, acusando os católicos. Sentindo a crise, um grupo dissidente da Marinha tentou assassinar o presidente, bombardeando a Praça de Maio e matando cerca de 300 civis. Em resposta, militantes peronistas invadiram e incendiaram várias igrejas na capital.

Nesse momento mais agudo de crise política, a maior desde 1945, o presidente oscilou entre apaziguar, se dizendo “presidente de todos os argentinos”, e atacar, jurando que “a cada um dos nossos que cair, cairão dez deles”. (ROMERO, 1998, p. 193). Em 16 de setembro de 1955, um movimento militar iniciado em Córdoba chegou a Buenos Aires e, sem muita resistência, confraternizou com o restante das Forças Armadas e derrubou o governo. Perón se refugiou na Embaixada do Paraguai, buscando asilo na Venezuela e finalmente sendo recebido na Espanha pelo ditador fascista Francisco Franco. De forma a despertar até certa surpresa, acabava-se o regime peronista.

Os motivos da imobilidade das forças militares leais a Perón e do movimento popular em defender seu grande líder, *grosso modo*, deitou raízes na hierarquização e burocratização que o peronismo havia adquirido. Confusa e assustada, a massa peronista preferiu aguardar ordens sobre o que fazer. O líder, que depois da morte de Evita entrara numa espécie de torpor, perdendo muito de suas excelentes capacidades de liderança, experiência e avaliação política, se furtou a organizar a resistência.

Pode-se afirmar que, depois da eleição de Juan Domingo Perón, em fevereiro de 1946, até os dias atuais, o peronismo se fixou no sistema político argentino como um dos principais atores, para o bem ou para o mal. Testemunho do grau de importância que esse movimento desempenhou na história, conseqüentemente da sua complexidade e da dificuldade em conceituá-lo de forma simples.

Após a queda do governo, em 1955, os sindicatos, não obstante terem recebido uma diminuição significativa de sua autonomia, nos últimos anos do regime, configuraram o principal pilar da resistência contra as medidas de arrocho salarial e desmonte do conjunto de leis trabalhistas.

O peronismo foi colocado fora da lei, para o “bem da democracia”, e nenhum governo que disputou as eleições a partir de então conseguiu vencer democraticamente sem os votos dos proscritos. A Argentina vivenciou um sistema de governo errático, em que a classe trabalhadora, fortalecida, resistia as mudanças e obrigava a cada governo anti-peronista a realizar um “peronismo sem Perón”. Daí que as tentativas de reforma do Estado não puderam prescindir da manutenção de certo nível de vida e de direitos alcançados pelos subalternos, contribuindo para a manutenção de alta temperatura nas lutas sociais. O país sofreria intervenções militares em 1962, 1966, 1971 (um golpe dentro do regime militar já instaurado) e 1976, muito por conta da contradição entre tornar o país mais competitivo, implicando em certa reestruturação da produção, com desemprego, queda de salários, diminuição do gasto público com os direitos sociais, e a resistência de uma camada social que, se não toda ela peronista, baseada na possibilidade das benesses obtidas na segunda metade dos anos 1940.

Até hoje a discussão sobre o populismo argentino vem apresentando questões pertinentes. Seria uma forma encontrada pela democracia no século XX de incorporar as massas, uma maneira do Estado se renovar no sentido de manter o sistema capitalista, a dependência de uma jovem classe operária oriunda da zona rural, acostumada a dominação de uma figura paternalista, o máximo de reformas sociais possíveis em sociedades de passado colonial. (AGGIO, 2003, p. 158).

A meu juízo, o peronismo foi uma articulação entre legítimas aspirações da classe trabalhadora argentina, plasmada em sindicatos e partidos, que aproveitou de uma crise institucional e estrutural, a Segunda Guerra Mundial, para avançar em setores do Estado e da sociedade. Por outro lado, o fez em aliança com um setor dissidente da elite e das forças armadas, que por sua vez realizou uma política trabalhista em troca de desenvolver

seu caráter autoritário de forma a evitar a revolução social. Não se pode olvidar que os industriais, as grandes empresas, os banqueiros e a elite rural argentina também lucrou no peronismo, não sendo portanto um regime totalmente contrário a economia de mercado.

Ocorre que a dominação das classes proprietárias sobre as classes subalternas, nesse contexto, se mostrou mais árdua do que numa democracia representativa que não necessitava a todo momento contar com a classe operária mobilizada, ainda que controlada, galvanizando diariamente símbolos e linguagem plebeia. Donde um regime de transição, viável apenas numa quadra de crise, mas fadado a extinção quando a economia e a política se encontram num período de estabilidade. Ou o populismo conduz o país para a direita, e se desmancha enquanto tal, ou vai para a esquerda, e as massas passam a ser incontroláveis dentro da lógica do sistema.

REFERÊNCIAS:

AGGIO, Alberto. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In: AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton. *Pensar o Século XX: Problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BEIRED, José Luis. *Breve História da Argentina*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

CAVLAK, Iuri. *Diplomacia, Integração e Desenvolvimento: Brasil e Argentina*. Macapá: Editora da UNIFAP, 2014.

DEVOTO, Fernando. Para uma história da Argentina no século XX. In: AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton. *Pensar o Século XX: Problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

LUNNA, Felix. *Perón y su Tiempo*. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1987. 3 vol.

MACKINNON, Maria e PETRONE, Alberto. *Populismo y Neopopulismo en La America Latina. El problema de la cenicienta*. Buenos Aires. Eudeba, 1998.

MURMIS, Miguel e PORTANTIERO, Jose Carlos. *Estudos Sobre as Origens do Peronismo*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve Historia Contemporánea de Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

RECEBIDO EM 09-12-2017

APROVADO EM 07-08-2018